



## 1. Informações Gerais

**Data:** 12.12.2016

**Horário:** 08h às 09h

**Local:** Auditório da Câmara Única

**Participantes:**

- Comitê de Gestão Estratégica;
- Patrocinadores, Gestores e Gerentes de Projetos Estratégicos;
- Colaboradores do Escritório de Projetos e do Núcleo de Estatística.

## 2. Objetivos da Reunião

Avaliar a execução da Estratégia definida para o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá para o período 2015-2020.

## 3. Pauta

- 3.1. Apreciação e assinatura da ata da 3ª RAE;
- 3.2. Selo Justiça em Números 2016;
- 3.3. Acompanhamento das Metas Nacionais 2016;
- 3.4. Metas Nacionais 2017;
- 3.5. Proposta Orçamentária 2017;
- 3.6. Resumo de acompanhamento quantitativo dos projetos;
- 3.7. Evolução dos Indicadores Estratégicos do TJAP;
- 3.8. Mapa Estratégico;
- 3.9. Agenda da RAE 2017;
- 3.10. O que ocorrer.

**Comentários:**

O Dr. João Matos Teixeira Júnior, membro do Comitê de Gestão Estratégica e Juiz Auxiliar da Presidência, fez a abertura do evento agradecendo a presença de todos e informou que o objetivo de estarem reunidos naquele momento era a realização da 4ª Reunião de Análise Estratégica com o propósito de avaliar o que fora produzido desde a última reunião. Mencionou que as reuniões de análise estratégica revelaram um grau de amadurecimento da instituição, pois serviu para mostrar para onde ela está indo. Ressaltou também a importância de se caminhar à luz do Planejamento Estratégico, o que é importante principalmente para a Gestão, e que o Tribunal começou a procurar métodos e meios mais organizados, mais profissionais, mas ainda não se estendeu a tudo, pois o Tribunal ainda desenvolve muitas atividades que fogem do planejamento estratégico. Afirmou então que essa última RAE do ano serve também para deixar um lembrete para que a Gestão possa olhar a instituição à luz do Planejamento Estratégico e, assim, permitir que o mínimo eleito com prioridade seja um mínimo bem feito. Ressaltou que o ano de 2016 foi um ano de amadurecimento da Gestão com base no Plano Estratégico, que significa muito mais que um desejo de certificação, mas sim um desejo de amadurecimento da instituição, e isso é muito importante para ele que atuou diretamente nesse processo, pois, o que inicialmente parecia ser um ponto de desgaste, ajudou a Gestão a tomar algumas iniciativas que melhoraram os índices do Tribunal e melhorar o índice significa, não apenas certificar, mas sim honestidade e lealdade com o dinheiro público. Prosseguiu com os temas definidos na pauta para a reunião, conforme abaixo:



**Item 3.1 da pauta: Apreciação e assinatura da ata da 3ª RAE:**

Dr. João Matos informou que a ata da 3ª RAE seria encaminhada por e-mail, pelo Escritório de Projetos, aos membros do comitê para apreciação, juntamente com a ata da 4ª RAE, e posterior assinatura até antes do recesso forense.

**Item 3.2 da pauta: Selo Justiça em Números 2016:**

Dr. João Matos informou que o Tribunal foi certificado com o selo prata (308 pontos, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria nº 56, de 27 de maio de 2016). Porém, esse resultado está sendo revisto pelo CNJ, pois o Tribunal cumpriu os requisitos necessários para a consecução do selo ouro. Portanto, estão aguardando a resposta do CNJ ao recurso do Tribunal quanto a esse resultado.

**Item 3.3 da pauta: Acompanhamento das Metas Nacionais 2016: (8'12'')**

Dr. João Matos mostrou novamente as metas para 2016, um total de 8, e mencionou que não houve metas específicas para a justiça estadual para o ano de 2017, apenas metas gerais, pois as metas que foram estabelecidas se tornaram políticas do judiciário, sobretudo a meta 3 (Aumentar casos solucionados por conciliação) e a meta 8 (Implementar práticas de Justiça Restaurativa). Ressaltou que os resultados expressos nas metas de 2016 refletem uma educação sobre as metas, tendo em vista que elas foram alcançadas sem a cobrança feita nos anos anteriores, que eram feitas via ofício, via e-mail. O Desembargador Carmo Antônio explicou que o resultado das metas foi consequência de um trabalho desenvolvido por toda a equipe da corregedoria e consistiu em conversar com cada juiz, com cada diretor e todos os servidores, explicando para eles a importância da meta e tentando desmistificar para eles a ideia de que a meta seria uma imposição do CNJ, para tanto foi explicado que a meta fora resultado de uma construção que contou com a participação de juizes e servidores da Justiça do Amapá. Porém, explicou que o empenho no alcance das metas depende do juiz e dos servidores, pois a Corregedoria, em certas coisas, não tem como impor nada, pois as Varas, no geral, trabalham bem e estão zeradas, conforme fica demonstrado no Tucujurômetro. (Parte final desta fala e do tópico em questão ficou comprometida com a queda de energia elétrica).

**Item 3.4 da pauta: Metas Nacionais 2017: (16'15'')**

Dr. João Matos expôs os macrodesafios priorizados para 2017, estabelecidos para a justiça nacional. São eles: efetividade na prestação jurisdicional, que está relacionado às metas 1 e 2; garantia dos direitos de cidadania, relacionado à justiça restaurativa e aos CEJUSCs, que deixaram de ser metas e passaram a ser políticas do judiciário; Impulso às execuções fiscais cíveis e trabalhistas, que foi eleito como macrodesafio, pois alguns analistas do tesouro descobriram que essa é uma moeda de troca interessante para o judiciário, já que, quando se chama os estados e os municípios e confirma que está fazendo uma cobrança com efetividade e recursos estão ingressando nos cofres públicos, ou seja, para o poder público estadual e municipal, significa que o poder executivo pode priorizar também os atendimentos do tribunal seja com o orçamento, seja com investimento na área da política judiciária. No caso especial do estado do Amapá, em que o estado e o município não têm uma vocação de execução, é preciso trabalhar para que se comece a fazer isso. Quanto ao macrodesafio "Aprimoramento da Gestão da Justiça Criminal", informou que ele foi estabelecido para todos os tribunais e que provavelmente será priorizada para 2018 também.

**Item 3.5 da pauta: Proposta Orçamentária 2017: (19'20'')**

Dr. João Matos informou que o orçamento ainda não foi votado. A Desembargadora Sueli Pini ressaltou que as contas estão em dia e serão entregues em ordem, inclusive com a questão do imposto de renda sanada, com tudo recolhido em 2016, com salários em dia, bem ou mal com um reajuste de 2%.

**Item 3.6 da pauta: Resumo de acompanhamento quantitativo dos projetos:**

O Dr. João Matos lembrou os parâmetros de sinalização do Mapa Estratégico utilizados para mensurar o desempenho dos indicadores, sendo eles: resultado da meta  $\geq 90\%$ , verde;  $\geq 60\%$  e  $> 90\%$ , amarelo;  $< 60\%$ , vermelho; e, branco para indicador indisponível. Quanto ao objetivo estratégico "Valorização e Reconhecimento", o resultado da meta de seus indicadores ficou em 0%, portanto, vermelho, devido a



alguns atropelos como: o projeto de reestruturação de pessoas; a Resolução nº 219/2016 que causou grande confusão nos tribunais; o processo da Resolução nº 219/2016, concluído pela comissão, faltando apenas o relatório final. Ressaltou, para a nova Presidente eleita, Desembargadora Stella Ramos, a importância de se trabalhar os projetos que irão alavancar o objetivo estratégico em questão, pois a instituição precisa ter esse objetivo em dia. Quanto ao objetivo estratégico “Modernização”, mostrou que o resultado da meta de seus indicadores ficou em 16%, portanto, vermelho. A Desembargadora Sueli Pini mencionou que gostaria de entregar para a próxima presidente o Tucujuris Administrativo pronto e perguntou qual seria o prazo para que ele fosse concluído. O Dr. João Matos respondeu que, como os esforços foram e ainda estão concentrados para o Tucujuris do 1º grau, o Tucujuris Administrativo poderá ser finalizado em março de 2017. Dr. João ressaltou a importância da implantação do Núcleo de Governança de TI, que significa que agora o Tribunal possui uma pessoa dedicada para trabalhar o índice 6 (índice de aderência às metas do PETIC), que teve sua meta alcançada para 2016, e manter o alcance da meta é importante para a organização, pois a aquisição de bens na área da tecnologia se dá de acordo com a necessidade, com a política do Judiciário, e não de forma aleatória. Ressaltou que já foi identificada a necessidade de se rever a política de aquisição de equipamento para armazenamento até 2020. Comentou também que o indicador 19 (Índice de agilidade na tramitação da aquisição de bens e serviços) é sempre muito bom, e que a equipe de licitação tem excelência dentro do estado. Informou que as iniciativas que irão impulsionar o indicador 29 (Índice de modernização dos processos de trabalho administrativo) ainda não começaram e que ele está diretamente relacionado ao tempo médio do processo virtual. A Desembargadora Sueli Pini falou em criar a Secretaria de Tecnologia da Informação, onde o Juiz Auxiliar da Presidência será o coordenador dela, e para isso é preciso que seja entregue a minuta da legislação referente a essa reestruturação. Quanto ao objetivo estratégico “Simplificação”, mostrou que o resultado da meta de seus indicadores ficou em 102%, portanto, verde. Deu destaque para o indicador 5 (Índice de virtualização de processos novos), primeiro com o peticionamento incidental para as comarcas do interior, o que permitiu o primeiro salto, e, depois, com a virtualização do primeiro grau, um segundo salto, e o quadro geral desse objetivo começou a ser melhorado por conta dessa atenção. Com relação ao indicador 11 (Índice de varas criminais com sistema de audiência por videoconferência), informou que foi instalada uma unidade. Havia sido planejado instalar uma unidade na comarca de Santana, porém como houve uma mudança de link em Laranjal do Jari e a possibilidade de se instalar em uma comarca mais distante, deixou de ser feito em Santana para ser feito em Laranjal do Jari, assim o ganho será no tempo e, sobretudo, na agilidade das instruções criminais em Laranjal do Jari. O Desembargador Carmo Antônio questionou a continuidade do patrocinador para esse objetivo. Dr. João Matos explicou que a escolha do patrocínio está relacionada à liderança exercida na instituição e à sua afinidade ao tema, e não ao cargo por ele exercido. Quanto ao objetivo estratégico “Transparência”, mostrou que o resultado da meta de seus indicadores ficou em 93%, portanto, verde. Ressaltou que, com o advento da Lei da Transparência e da Resolução que regulamenta a implementação da lei no âmbito dos tribunais, o portal do TJAP talvez seja o mais transparente dos tribunais, inclusive Supremo, CNJ e STJ. Quanto ao objetivo estratégico “Transparência”, mostrou que o resultado da meta de seus indicadores ficou em 47%, portanto, vermelho. Esse resultado se deve à falta da pesquisa de satisfação do cidadão que não foi realizada ainda, que é um desafio para a próxima gestão. Desembargador Carmo Antônio, patrocinador do objetivo em questão, questionou sobre o resultado. O Assessor de Planejamento, Job Duarte Moraes, informou que o resultado está no vermelho, pois foi realizada apenas a pesquisa de satisfação com o usuário, o que permitiu o cumprimento de 95% da meta para 2016 do indicador 22 (Índice de qualidade do atendimento), e que o indicador 24 (Índice de satisfação do cidadão) está sem informação devido a não realização da pesquisa de satisfação do cidadão, que o termo de referência está pronto para ir à Comissão de Licitação e que iria ficar para o próximo ano. Quanto ao objetivo estratégico “Integração do Sistema de Justiça”, mostrou que o resultado da meta de seus indicadores ficou em 62%, portanto, amarelo. Quanto ao objetivo estratégico “Cidadania”, mostrou que o resultado da meta de seus indicadores ficou em 66%, portanto, amarelo. Ressaltou que esse índice precisa melhorar, principalmente no que se refere aos CEJUSCs, que ficou priorizado para o próximo ano o pré-processual, sobretudo o mapeamento dele, tendo em vista que se optou primeiro por virtualizar. Com relação ao indicador 30 (Índice do esforço da conciliação), informou que saltou de 0% para 94% de cumprimento da meta, o que foi resultado das discussões feitas acerca do tema nas reuniões passadas e



que, portanto, valeu a pena o esforço. Finalizou a apresentação deste tópico, mostrando a comparação entre o mapa estratégico 2015-2020 do primeiro semestre com o mapa estratégico 2015-2020 do segundo semestre e ressaltou a evolução em três objetivos estratégicos. Foram eles: Transparência, Simplificação, que saiu do vermelho e do amarelo, respectivamente, para verde, e Captação de Recursos, que foi do vermelho para o amarelo. E que os objetivos que ficaram no vermelho precisam ser tratados com atenção no próximo ano. Divulgou o calendário das Reuniões de Análise Estratégica para o ano de 2017, que ficou da seguinte forma: 1ª RAE para 07 de abril de 2017; 2ª RAE para 04 de agosto de 2017; e, 3ª RAE de 10 de novembro de 2017. O Comitê concordou com as datas, porém, a contagem no número de RAE será sequencial ao de 2016, portanto, foram renomeadas para 5ª, 6ª e 7ª RAE. Maria de Jesus, gerente do projeto estratégico “Valorização das pessoas”, ressaltou que o resultado do objetivo “Valorização e Reconhecimento” para o fim de 2016 já era esperado em virtude do impacto da política estabelecida com a Resolução nº 219/2016, que vai implicar na reformatação do projeto que gerencia, e, quanto ao projeto estratégico “Melhor+”, em virtude da necessidade de contratação de consultoria e que o valor dessa contratação é muito alto. Ressaltou que o Tribunal vai se atropelar se os dois projetos que compõem o objetivo em questão não forem levados a diante. Job Duarte, Assessor de Planejamento e membro do Comitê de Gestão Estratégica, informou que, na tentativa de se baixar o custo da contratação de uma consultoria para o projeto “Melhor+”, está sendo feito um levantamento de informações junto às universidades para verificar a possibilidade de se fazer parcerias a fim de se garantir um custo menor, e até agora a média dos preços obtidos já está em torno de 200 mil reais, o que daria condições de elaborar um parecer e submeter à apreciação da gestão, ressaltando que ainda existem propostas pendentes como no caso do IDP. Dr. João Matos agradeceu a todos e afirmou que foi uma honra trabalhar com todos...(áudio cortado em função da queda de energia elétrica). A Desembargadora Sueli Pini elogiou a participação de todos e agradeceu o empenho do Dr. João e de todos. A Desembargadora Stella Ramos, eleita como a próxima presidente do TJAP, fez o convite para que as pessoas presentes na reunião compareçam na 5ª RAE e agradeceu a todos o empenho. Observação: Não foi possível captar o áudio referente aos comentários acerca do objetivo estratégico “Captação e Gestão de Recursos”, em decorrência da queda de energia elétrica.

#### 4. Pendências para a 5ª RAE:

##### 4.1. Apreciação e assinatura da ata da 4ª RAE.

<b>Comitê de Gestão Estratégica</b>	<b>Data</b>	<b>Assinatura</b>
Desembargadora Sueli Pereira Pini – Presidente		
Desembargador Raimundo Nonato Fonseca Vales – Vice-Presidente		
Desembargador Carmo Antônio de Souza – Corregedor-Geral		
Juiz João Teixeira de Matos Júnior – Juiz Auxiliar da Presidência		
Juiz Nilton Bianchini Filho – Juiz de Direito		
Márcio Régio Evangelista Barroso – Diretor Geral		
Job Duarte Moraes – Núcleo de Gestão Estratégica		
<b>Magistrados Patrocinadores/Gestores</b>	<b>Data</b>	<b>Assinatura</b>
Desembargador Carlos Augusto Tork de Oliveira		
Desembargadora Stella Ramos		
Juiz José Luciano de Assis		
Juíza Joenilda Lobato Silva Lenzi		
Juíza Alaíde Maria de Paula		



**RELAÇÃO ANEXA DE PARTICIPANTES**

<b>Participantes</b>	<b>Data</b>	<b>Assinatura</b>
Bernadeth Farias Côrrea (Gestora de Projeto)		
Adelson Armando Marques (Gestor de Projeto)		
Adriana Moraes de Carvalho (Núcleo de Estatística)		
Joudson Medeiros de Oliveira (Núcleo de Estatística)		
Téofilo Emílio Soeiro dos Santos (Núcleo de Estatística)		
Rosywan Cantuária da Silva Ferreira (Gerente de Projeto)		
Alan Davis Freire de Souza (Gerente de Projeto)		
Carlson Uchôa (Gerente de Projeto)		
Diego França da Silva (Gerente de Projeto)		
Edson Fernandes Carvalho (Escritório de Projetos)		
Francisco Ângelo Martins Pereira (Gerente de Projeto)		
Gláucio Maciel Bezerra (Gerente de Projeto)		
Isaac Emanuel Silva Pereira (Gerente de Projeto)		
Marco Antônio Campos Soares Craveiro (Gerente de Projeto)		
José Nazareno Lopes Machado (Gerente de Projeto)		
Josemir Mendes de Sousa Júnior (Gerente de Projeto)		
Shirley Neves Kasahara (Gerente de Projeto)		
Lidiane Fonseca Soares (Gerente de Projeto)		
Lucinéia da Silva Costa (Gerente de Projeto)		
Lidiane Fonseca Soares (Gerente de Projeto)		
Maria de Jesus Santos Oliveira (Gerente de Projeto)		
Mário Teixeira de Mendonça Neto (Gerente de Projeto)		
Wellison Luís Santos da Silva (Gerente de Projeto)		
Paula Tatiana dos Santos Lima (Escritório de Projetos)		
Sônia Regina dos Santos (Gerente de Projeto)		
Luiz Henrique Paranhos Barbosa (Gerente de Projetos)		
Marilda Auzier (Diretora de Departamento)		
Genner Moreira Lima (Diretor de Departamento)		
Toney Saraiva (Diretor de Departamento)		
Edmundo Silva (Diretor de Departamento)		
Rosilene Campos (Diretora de Departamento)		
Ana Lúcia Marinho (Diretora de Departamento)		
Annete Pina (Diretora de Departamento)		